



MESECVI encerra visita ao Brasil com participação ativa na consulta da Lei Modelo sobre violência digital contra as mulheres e anúncio da X Conferência de Estados Parte

Brasília, 15 de abril de 2025 — Com importantes contribuições ao processo de elaboração da Lei Modelo Interamericana sobre Violência Digital de Gênero contra as Mulheres e avanços na organização da X Conferência de Estados Parte, foi concluída a visita oficial da delegação do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) à cidade de Brasília, entre os dias 7 e 9 de abril. A missão teve como foco o fortalecimento da cooperação com autoridades brasileiras e o diálogo em torno de temas estratégicos para a proteção dos direitos das mulheres.

A delegação foi composta pelas Peritas do Comitê de Peritas do MESECVI, Leila Linhares Barsted (Brasil) e Mónica Maureira (Chile), acompanhadas pela Secretária Técnica do Mecanismo, Luz Patricia Mejía, e pela oficial de comunicação, Tatiana Bensa.

A visita teve início com um encontro com a Ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves, atual presidenta da Conferência de Estados Parte do MESECVI e sua equipe. Na ocasião, a Ministra confirmou que a X Conferência de Estados Parte (CEP) será realizada nos dias 5 e 6 de junho de 2025, na cidade de Fortaleza, e será o encerramento oficial das comemorações pelos 30 anos da Convenção de Belém do Pará. O evento reunirá representantes dos Estados Parte do Mecanismo, autoridades dos poderes legislativo e judiciário, sociedade civil, organismos internacionais e demais atores e atoras que, ao longo das últimas três décadas, contribuíram para a promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres nas Américas.

Em seguida, a delegação se reuniu com a Diretora de Proteção de Direitos do Ministério das Mulheres, Patrícia Rodrigues da Silva, e com Patrícia Melo, do UNFPA Brasil. O encontro abordou iniciativas para o enfrentamento da violência e discriminação contra mulheres afrodescendentes e indígenas, incluindo ações alusivas ao Dia da Mulher Afro-Latina, Afro-Caribenha e da Diáspora, e a promoção da Recomendação Geral nº 5 do Comitê de Peritas, elaborada com o UNFPA América Latina e Caribe e a Rede de Mulheres Afrodescendentes, Afro-Caribenhas e da Diáspora.

Como parte do processo de construção da Lei Modelo Interamericana sobre Violência Digital de Gênero contra as Mulheres, a delegação do MESECVI se reuniu com as equipes do governo brasileiro responsáveis por trabalhar na regulação da violência digital de gênero e na formulação de políticas relacionadas. Participaram representantes do Ministério das Mulheres, da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Igualdade Racial. O encontro permitiu compartilhar avanços e desafios normativos, trocar informações sobre políticas em curso e refletir sobre as contribuições que a futura Lei Modelo pode trazer para o fortalecimento dos marcos legais no Brasil e na região.

A delegação também foi recebida no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Juíza Ouvidora Flávia Martins de Carvalho e por equipes do STF. Durante a reunião, foi apresentado o Projeto de Lei Modelo e discutida a importância de garantir o acesso das mulheres à justiça por meio de marcos legais atualizados e alinhados às novas realidades digitais, especialmente no enfrentamento à violência de gênero online.

A agenda da visita também incluiu a consulta presencial sobre o Projeto de Lei Modelo, realizada no dia 9 de abril, na Casa da ONU em Brasília. A atividade, organizada pelo MESECVI, CLADEM Brasil, CLADEM Regional e ONU Mulheres Brasil reuniu cerca de 40 participantes, entre representantes do governo, do Congresso Nacional, do judiciário, da sociedade civil e de organismos internacionais.

A abertura contou com intervenções da Ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves; da Secretária Técnica do MESECVI, Luz Patricia Mejía; da representante interina de ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino; e da coordenadora regional do CLADEM, Milena Páramo, que destacaram a importância da atuação conjunta e da cooperação regional para enfrentar os desafios impostos pela violência digital contra as mulheres. A atividade também contou com o apoio e acompanhamento de Tamara Rusansky, oficial de comunicações da Equality Now.

A consulta teve como objetivo reunir insumos a partir da experiência brasileira no enfrentamento à violência digital de gênero, de modo a enriquecer o conteúdo da Lei Modelo, atualmente em fase de consulta pública. Com essa etapa, somam-se mais de 500 pessoas que participaram presencialmente das atividades da consulta regional, além das contribuições recebidas em formato virtual.

A delegação também acompanhou o lançamento do livro *“Alienação parental: uma nova forma de violência de gênero contra mulheres e crianças na América Latina e Caribe”*, publicado pelo CLADEM. O evento contou com a presença da Ministra das Mulheres, parlamentares, representantes do governo e da sociedade civil, e reafirmou os esforços coletivos para a revogação da Lei de Alienação Parental no Brasil.

A visita foi encerrada com uma reunião de coordenação com a equipe do UNFPA Brasil, reafirmando o compromisso de continuar trabalhando conjuntamente em temas estratégicos para a promoção dos direitos das mulheres, incluindo mulheres indígenas, migrantes, afrodescendentes e aquelas impactadas pela violência digital.